



A INTERVENÇÃO DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER NEGRA EM “PONCIÁ VICÊNCIO”, DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Silvana Rodrigues Quintilhano Ferreira /a¹
Sergio Paulo Adolfo /a²

1. A Inserção do Negro na Sociedade Brasileira: nem cultura, nem identidade

Segundo Bosi (1994), a história cultural brasileira é marcada por um “complexo colonial de vida e pensamento” pois, durante o processo de colonização, o Brasil submete-se a uma tentativa de apagamento de sua cultura; perde sua língua, seu sistema do sagrado e recebe em troca o substituto europeu, o que Santiago (1978) considera como o renascimento colonialista, ou seja, pelo extermínio dos traços originais brasileiros, pelo esquecimento das suas origens, o fenômeno da duplicação da cultura européia se estabelece como única regra de civilização. Renascer a partir da cultura patriarcal dos europeus, disseminada pelo cristianismo, resultou na invisibilidade histórica dos colonizados.

Essa consolidação do discurso hegemônico do colonizador, para Gramsci (BONNICI, 2000), é a dominação consentida, o método pelo qual os dominadores conseguiam oprimir os subalternos através de uma aprovação aparente dessas mesmas classes sociais, especialmente pela cultura.

Nesse contexto de colonização, o tráfico de escravos tornou-se a principal atividade econômica dos europeus. Conforme ressalta André (2008, p. 33) “a escravidão foi uma instituição universal, vista como uma tradição que todos estavam habituados e, era tida como parte essencial da vida sócio-econômica das comunidades”. E, o escravo negro foi a mão-de-obra exclusiva, desde os primórdios da colonização. Conforme André (2008, p. 67) “para o negro o trabalho era pura sobrevivência. O seu próprio trabalho era corrompido no regime escravista, pois se torna o resultado da opressão, exploração, humilhação e tortura”. Os negros não possuíam direito algum e eram considerados juridicamente uma coisa, portanto a lei que valia era a do senhor. O fato de serem negros garantia a nomeação como inferiores, incapazes de progredir e evoluir; tanto nos aspectos intelectuais, emocionais e sociais, não podendo, portanto, contribuir para o progresso da sociedade, que tinha uma ideologia branca/ européia.

1 Doutoranda em Letras (UEL). Docente UENP/UTFPR. Pesquisadora GP-CRELIT.

2 Pós-Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. Docente UEL.



A mulher negra foi explorada, oprimida e principalmente dessexualizada. Rainhas perderam suas linhagens, passando a ser reconhecidas apenas como escravos. Legadas à inferioridade e à irracionalidade, foram despojadas de seus valores, de suas crenças, de suas tradições, enfim da sua cultura.

Após a independência política, em 1822, o Brasil inicia o lento processo de “descolonização da mente” numa progressão gradual de conscientização nacional. Esse é um processo de desmascaramento e de demolição do poder colonial em todos os seus aspectos. O que antes era objeto passa a ser sujeito de sua história, pois Fanon e Ngugi (BONNICI, 2000) admitem que o colonizado pode ser reescrito na sua história, embora esse tipo de descolonização sempre seja um fenômeno violento, pois o colonizado só fala quando se transforma num ser politicamente consciente, que enfrenta o opressor. Essa autonomia do sujeito possibilita-lhe revidar e contrapor-se ao poder colonial.

Ideias sobre a libertação dos escravos passam a ser revistas, como a chamada Lei Áurea que, fora apresentada a sociedade como um mito. Ao contrário da ideia de magnitude da princesa Isabel, a Lei foi aprovada pelo parlamento porque no momento era a única alternativa frente às intenções revolucionárias que iniciavam profundas crises institucionais. Em relação ao mundo todo, o sistema escravista no Brasil foi o último a ser suprido chegando até 1888, quando todo o seu potencial como regime de produção encontrava-se dissipado.

Parafraseando André (2008), abolida a escravidão e proclamada a República, os detentores do poder necessitavam brevar uma possível ascensão dos negros e de seus descendentes ainda que fosse limitada, tanto no que diz respeito aos níveis hierárquicos quanto ao número deles que ascendessem. Então, o negro foi renomeado com os mesmos predicados de antes, agora revisitados com ênfase: preguiçoso, vadio, criminoso, alcoólatra, desgarrado, macumbeiro, assinalado negativamente a sua situação social. Em contraposição, os negros, em grande número, representavam a selvageria, o baixo nível porque eram portadores de práticas africanas, como se pode exemplificar nas perseguições aos candomblés, as práticas de samba-de-roda e da capoeira, manifestações herdadas da “África selvagem”. O negro seria então uma onda que precisaria ser eliminada para que não se elevasse sobre a praia branca.

De acordo com Azevedo:

a onda negra, imagem racista presente nos debates sobre a abolição da escravidão e a imaginação européia ao longo dos anos 1870 e 1880, designava todos aqueles – escravos e pobres livres- cujas marcas físicas de ascendência africana os denunciassem como “ uma raça” inferior e perigosa para os destinos da civilização e do progresso capitalista. (in ANDRÉ, 2008, p.143)



Nessas sociedades pós-coloniais, o sujeito e o objeto pertenciam a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. O ser oprimido neste artigo é a mulher negra, que fora “duplamente colonizada”: primeiro por pertencer a um povo que durante séculos esteve na condição de colonizado; segundo por estar numa sociedade patriarcalista, submetendo-se aos padrões e ordens dos homens. Sob este aspecto, a descolonização feminina concentra-se no uso da linguagem e da experimentação linguística, com o objetivo de integrar essa mulher marginalizada à sociedade.

Essas mulheres, tidas como raças inferiores, “as que, escravizadas pelo ‘branco’ progressista, ajudaram na construção desta nossa esplendida/absurda civilização-do-progresso, agora em plena fase de troca-de-pele” (COELHO, 1993, p.11) faz valer sua voz, abalando a estrutura-base do sistema do mundo civilizado que herdamos. De acordo com Lobo (1986), somente nas décadas de 70/80 do século XX, tanto no plano social como no literário, é que as mulheres buscaram se libertar das amarras culturais discriminatórias e excludentes de um sistema patriarcalista e neocolonial, questionando sua existência não apenas como ser humano, mas seu gênese, sua existência feminina.

Sob este prisma, na década de 90, ex-favelada mineira, Maria da Conceição Evaristo de Brito inicia-se como escritora, publicando contos e poemas na coletânea *Cadernos Negros*, do grupo Quilombhoje, de São Paulo. Bernd (1989, p. 142) afirma que nesse grupo “as mulheres associam suas vozes à denúncia do preconceito e da discriminação raciais sem deixarem vincular a especificidade da problemática feminina”. Conceição integra-se às escritoras brasileiras que participam ativamente das comunidades negras. E, segundo Hollanda (1994, p. 24), a crítica feminista vem buscando uma “estética feminina negra que trataria de política sexual e racial ao mesmo tempo”, ou sejam se torna necessária uma discussão sobre essa escritora contemporânea afro-brasileira. Conforme relata Conceição, numa entrevista à revista *Raça Brasil*, ainda há muito preconceito em relação à mulher negra na sociedade brasileira:

se você não está na mídia e ainda é negro e mulher, a situação se complica mais, porque espera-se que a mulher negra seja capaz de desempenhar determinadas funções, como cozinhar muito bem, dançar, cantar - mas não escrever. Às vezes, as pessoas olham para mim e perguntam: "Mas você canta?". E eu digo: 'Não canto nem danço'. Para um negro desconhecido tornar-se escritor, há todas essas dificuldades. Para uma mulher negra, pode multiplicar isso por mil, pois você vai assumir uma função que a sociedade não está acostumada a esperar. A sociedade tem uma expectativa que nunca é intelectual. (VITRINE LITERÁRIA, 2009)

Ponciá Vicêncio é o seu primeiro romance publicado, em 2003, e vem sendo discutido no meio acadêmico desde então. Nessa obra, a personagem protagonista Ponciá, neta de ex-escravos e favelada, está inserida no completo vazio, estagnada diante do desamparo e da violência. Busca, a



partir de *flashes* da memória, atar o passado colonial contado pelos seus antepassados ao presente miserável, na favela.

Como a história dita “oficial” foi escrita por uma minoria favorecida pelo poder, a memória permite uma recriação engajada do passado histórico, levando à reflexão os traços particulares que os europeus impuseram como cultura. Vale lembrar que o negro vem de uma sociedade essencialmente patriarcal, porém a protagonista Ponciá torna-se objeto dos caprichos violentos de seu marido e após sete abortos percebe sua anulação quanto à maternidade.

2. A Memória como Possibilidade de (Re) Construção da Identidade

Ao pensar no recurso da memória, utilizado por Conceição Evaristo como estratégia de subversão (CERTEAU, 1998), não se refere à memória da tradição oral, dos causos, da época em que a escrita era pouco utilizada, porém na memória voluntária, aquela que nos recupera fatos do passado, que tece vínculos com tradições vividas e ao mesmo tempo atualiza-as. Seixas (BRESCIANI & NAXARA, 2004) entende essa memória, como uma estratégia de reivindicação por um complexo de direito de reconhecimento, uma memória com controle do passado.

Para Hall (2005), há que se ter em mente três conceitos que constituem uma cultura nacional como uma “comunidade imaginada”: as memórias do passado, o desejo de viver em conjunto, a perpetuação da herança. Pode-se vislumbrar essas ideias nas obras de Conceição Evaristo que encontra na representação estética essas “experiências partilhadas” e nos possibilita ao indivíduo tornar-se membro de uma “comunidade imaginada”. São produtos de várias histórias e culturas traduzidas, que rompe com os limites do próprio “eu” para mergulhar na esfera do “outro”, na tentativa de resgatar o que foi violado durante o período escravocrata e que permanece até atualidade.

Na obra *Ponciá Vicêncio*, Conceição Evaristo, a partir de *flashes*, faz uma releitura do passado histórico escravocrata do Brasil, como se observa no fragmento (2003, p.51):

[...] como sempre os homens e muitas mulheres trabalhavam na terra. O canavial crescia dando prosperidade ao dono da terra. Os engenhos de açúcar enriqueciam e fortaleciam o senhor. Sangue e garapa podiam ser um líquido só. Vô Vicêncio com a mulher e os filhos viviam anos e anos nessa lida. Três ou quatro dos seus nascidos do “ventre livre”, entretanto, como muitos outros tinham sido vendidos.

Da escravidão, o negro traz a herança da humilhação e da subalternidade, conforme relata o acontecimento do seu pai, ainda pajem do sinhô-moço (2003, p.17):

Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo onde o mocinho galopava sonhando conhecer todas as terras do pai. Tinham a mesma idade. Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro café escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-



moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas.

Até mesmo seu sobrenome, herança do coronel, justifica o seu não-valor, mas sim um objeto de posse. Conceição resgata a resistência do escravo, em relação à sua condição, através de constantes expressões, atos como o avô que comete homicídio, sua mutilação e, até mesmo “o meio riso e meio pranto”, do pai (2003, p.51):

Numa noite o desespero venceu. Vô Vicêncio matou a mulher, começou a se autoflagelar decependo a mão. Acudido, é impedido de continuar o intento. Estava louco, chorando e rindo [...] Tornou-se um estorvo para os senhores. Alimentava-se das sobras. Catava os restos dos cães, quando não era assistido por nenhum dos seus. Viveu ainda muitos anos e muitos anos. Assistiu chorando e rindo, aos sofrimentos, aos tormentos de todos.

Em meio ao desespero, fugas, quilombagem e rebeliões por todo país, chega ao fim a escravidão. A Lei Áurea, foi para muitos o começo de uma nova vida, de novos sonhos e muita esperança (2003, p.48):

[...] O coração de muitos se regozijava, iam ser livres, ter moradia fora da fazenda, ter as suas terras e os seus plantios. Para alguns, Coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus. O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela “Lei Áurea”, os seus filhos, nascidos do “Ventre Livre” e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno.

Por outro lado, a nova situação de liberto, despreparado e jogado na sociedade, forçou o negro a aceitar a padronização para tornar-se pertencente aos grupos sociais, essa aceitação provocou também a perda do referencial da raça e da cultura negra.

A protagonista simboliza a resistência da mulher negra na tentativa de buscar “outra vida”, a própria emancipação. Sua viagem de trem para a cidade confirma isso (2003, p.36) :

Inspirado o coração de Ponciá ditava futuros e sucesso para a vida da moça. A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites. Apesar do desconforto, da fome, da broa de fubá que acabara ainda no primeiro dia, de café ralo guardado na garrafinha, dos pedaços de rapadura que apenas lambia, sem ao menos chupar, para que eles durassem até ao final do trajeto, ele trazia a esperança como bilhete de passagem. Haveria, sim, de traçar o seu destino.

Porém, sua descendência escrava vai se confirmando na vida difícil que leva, pois sua condição social e cultural continua sendo regida pelo passado africano. A única oportunidade de emprego que surge para ela na cidade é o de doméstica. Ponciá passa da condição de escrava a marginalizada, desterritorializada numa favela, infeliz ao lado de um marido violento que não a compreende, sofrendo grandes maus tratos, uma dor que é tanto física, quanto moral (2003, p.96):

Quando viu Ponciá parada, alheia, morta-viva, e longe tudo, precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-a, puxava-lhes os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa. Quando o homem viu o sangue a escorrer-lhe pela boca e pelas narinas, pensou em matá-la, mas caiu em si assustado.



Evaristo descreve os caminhos, as andanças, os desencantos da protagonista, que carrega as marcas da exclusão inscritas na pele, tocada pela condição de ser mulher e negra num país que faz dela vítima de olhares enviesados e ofensas nascidas do preconceito. A vida de Ponciá se constitui de perdas: a morte do avô, do pai, dos sete filhos e, a separação da mãe e do irmão que eram o seu elo de resistência. Foi se destruindo que ela conseguiu se reconstruir, encontrando a própria identidade que há tempo havia perdido. Essa reconstrução acontece quando ela encontra a família, pondo fim à angústia e ao sofrimento que há anos ela vivia (2003, p.123):

O nome de Ponciá Vicêncio ecoou na estação como um apito do trem e ela nem prestou atenção alguma ao chamado. Andava, chorava e ria, dizendo que queria voltar ao rio. Luandí acercou-se carinhoso da irmã dizendo-lhe que sabia o caminho do rio e que haveria de levá-la. Ponciá Vicêncio levantou os olhos para ele, mas não se podia dizer se ela o havia reconhecido ou não. Abriu, porém, a trouxa, tirou o homem-barro e perguntou ao irmão se ele lembrava do Vô Vicêncio. Ele, que até então, a custa de muito esforço, tinha o pronto preso, abraçou chorando a irmã [...] Pegou a mão da irmã e foi com ela ao encontro da mãe. Boa hora, Maria Vicêncio andava muito aflita. O tempo pedia, era hora de encontrar a filha e levá-la novamente ao rio.

Conceição Evaristo faz em Ponciá Vicêncio uma releitura do passado, analisando o presente. Efetivamente, nessa obra, a autora tenta resgatar, a partir da representação estética, a condição negra severamente subjugada por uma sociedade racista, herança colonial e feminina submetida aos desmandos do patriarcalismo, que gerou a opressão. E para isso, utiliza-se da estratégia da memória voluntária que possibilita a busca da construção da identidade negra numa sociedade pós-colonial, sem anular a identidade feminina.

Considerações Finais

É evidente que a construção da identidade do negro foi redirecionada pela escravidão e pela imposição cultural. O escravo submetia-se às regras e às ações que pertenciam ao cotidiano do colonizador, perdendo seus vínculos e seus símbolos de reconhecimento. Hoje, falta uma legitimação do pertencimento que, efetivamente, garanta uma cidadania para essas pessoas. A literatura emergente, dos grupos discriminados, tais como negros e mulheres (mulheres negras), conforme afirma Bernd (1992, p.13) “vem preencher os vazios da memória coletiva e fornecer os pontos de ancoramento do sentimento de identidade, essencial ao ato de auto-afirmação das comunidades ameaçadas pelo rolo compressor da assimilação”.

Nesse sentido, vale compreender o contradiscurso de uma autora afro-brasileira, como a necessidade de reinterpretar passado histórico como meio de valorizar a cultura de um povo marginalizado, visto que da condição de escravo, a mulher negra, após longo percurso, passa à



condição de favelada, pois mesmo com a abolição no século XIX persiste a marca colonial do branco.

Referências

- ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro: a construção da subjetividade em afro-brasileiros*. Brasília: LGE Editoras, 2008.
- BALSA, Casimiro Marques; BONETIL, Lindomar Wessler; SOULET, Marc- Henry (org) *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. (coleção método e teorias)
- BERND, Zilá. A construção do feminino e da consciência negra na literatura brasileira. In: *Organon 16*. Revista do Instituto de Letras da UFRGS, 1956.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.
- BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.
- BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana (org). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2005.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. (Org) Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.
- COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1994
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- LOBO, Luiza. *Dez anos de Literatura Feminina Brasileira*. Porto Alegre: Letras de Hoje, PUCRS, v.21, nº 4, p. 107 – 125, Dez/1986.



MATTERLART, Armand; NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.

VITRINE LITERÁRIA. *Uma feliz exceção à regra*. Disponível em: http://www.vitrineliteraria.com.br/index.asp?Ir=noticias_exibir.asp¬icia=728. Acesso em 05.01.2010.

ZILBERMAN, Regina. *Memória entre oralidade e escrita*. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 117-132, 2006.